



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESSES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 21  
REALIZADA EM 09/12/2011

Fis  
161

-----ACTA NÚMERO VINTE E UM/DOIS MIL E ONZE -----

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO-----

----- MARCO DE CANAVESSES DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011 -----

----- Aos nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, nos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, Avelino Ferreira Torres; Eng.º Bruno Filipe Teixeira Magalhães e Eng. José Agostinho de Sousa Pinto, e comigo Manuel Augusto da Silva Rocha, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, como secretário da presente reunião, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente deu início à reunião informando sobre a realização de um Seminário denominado "Floresta – Importância e Oportunidade" no dia 25 de Novembro no Auditório Municipal, no âmbito do Ano Internacional da Floresta, promovido pela Associação Florestal Entre Douro e Tâmega, que aproveitou para celebrar o seu 15.º aniversário e sobre a inauguração de uma exposição de pintura de Sónia Cerqueira sob o título "Floresta, olhares e impressões" patente no Espaço Arte do Museu Municipal Carmen Miranda. -----

----- Deu conhecimento da presença num jantar solidário para angariação de fundos promovido pelo Centro Social e Paroquial de S. Romão de Carvalhosa. ---



----- Informou sobre a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal no primeiro encontro multidisciplinar do Baixo Tâmega – Um olhar sobre a quarta idade – Envelhecimento com qualidade, que decorreu no passado dia 26 de Novembro no Auditório Municipal, promovido pelos enfermeiros da região do Baixo Tâmega. -----

----- Deu conhecimento sobre a realização a comemoração do Dia Eco-escolas e Feira de Outono promovido na EB 2,3 do Marco de Canaveses.-----

----- Informou sobre a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal na sessão de encerramento das acções de promoção da elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. -----

----- Deu conhecimento sobre a participação da Vereadora Gorete Monteiro na Assembleia-Geral da Região de Turismo Porto-Norte de Portugal. -----

----- Informou sobre a reunião do passado dia 2 de Dezembro, realizada em Lisboa, com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, dos Transportes e Comunicações, onde esteve presente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal em representação do Município do Marco de Canaveses (por indisponibilidade do Senhor Presidente da Câmara que se encontrava hospitalizado a recuperar de três cirurgias) e do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, para abordar as questões relacionadas com a construção do IC 35 e da Electrificação da Linha do Douro no troço Caíde Rei -Marco de Canaveses. ----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice-presidente, Eng. José Mota, para informar sobre as conclusões da reunião de Lisboa. -----

----- O Senhor Vice-presidente informou que o senhor Secretário de Estado mostrou conhecimento sobre os dois dossiers – IC 35 e Electrificação da Linha do



Douro, informando sobre os vários aspectos que envolvem o processo das duas vias e do interesse que ambas têm para o próprio Governo de Portugal. -----  
Informou contudo, que sobre o ponto de vista financeiro a situação está no presente condicionada pelos constrangimentos financeiros que são publicamente conhecidos. Clarificando que a ligação do IC 35, ligando a A25 até à A4 não tem, de momento, qualquer hipótese de enquadramento, mostrou abertura para, no curto prazo, se considerar a possibilidade de ligação entre a localidade de Entre-os-rios e o nó da A4 - ligando ao troço já existente até Castelo de Paiva. Informou o senhor Secretário de Estado que tal possibilidade tem a ver com a reprogramação das verbas do Fundo de Coesão, que estão neste momento a ser negociadas. Prevendo-se que dentro de dois meses possa haver alguma evolução sobre o assunto, ficou combinada a marcação de nova reunião após este prazo. Esclareceu também o Senhor Vice-Presidente que, no que diz respeito à questão da electrificação da Linha do Douro, no troço entre Caíde e Marco de Canaveses, a situação tem contornos diferentes, pois se por um lado a própria evolução do processo tem aspectos mais vantajosos (existe projecto de execução, foi aberto o concurso e já há candidaturas), a maior dificuldade tem a ver com a entidade promotora, que no caso é a REFER, que se encontra completamente descapitalizada, razão pela qual não tem neste momento capacidade financeira para alavancar este projecto, nem outros. A questão está por isso na forma como o Governo de Portugal vai recapitalizar a REFER para que esta possa dar seguimento a este projecto. Ficou contudo o compromisso de, assim que seja nomeado o novo Conselho de Administração da REFER, promover uma reunião entre as partes interessadas para discutir este assunto, abordando todas as



soluções. Referiu que foi dado um sinal positivo, uma vez que os fundos de coesão podem atingir os 95% a fundo perdido, o que poderá ser uma almofada muito importante. Informou ainda que já sobre a questão da Linha do Tâmega o Senhor Secretário de Estado terá informado que não há neste momento qualquer possibilidade de reactivar a circulação nesta linha que ligava Livração e Amarante. Os custos por cada viagem ascendem a 25 euros por passageiro o que torna inviável esta via. -----

-----O Senhor Presidente informou que nova reunião ficará então marcada, em princípio, para os meses de Janeiro ou Fevereiro, lamentando contudo que a promessa da viabilização da Linha do Tâmega, feita pelo Governo anterior, liderado pelo Partido Socialista não tenha sido cumprida.-----

-----O Senhor Presidente deu continuação às informações, dando conhecimento da inauguração da exposição de "Presépios de Natal", que está patente no Museu Municipal Carmen Miranda. -----

----- Informou sobre a realização, no dia 6 de Dezembro, da segunda reunião da Comissão Municipal para a reorganização administrativa do Município do Marco de Canaveses. -----

----- Deu conhecimento da presença do Senhor Vice-Presidente na entrega dos diplomas de mérito escolar promovida pela EB 2,3 do Marco de Canaveses e que decorreu no salão de festas dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses. -

----- Informou sobre a sua presença e da Senhora Vereadora Dra.Gorete Monteiro na inauguração no novo cemitério da Freguesia de Alpendorada e Matos, que decorreu no passado dia 8 de Dezembro. Obra que rondou os 300 mil euros, em termos de custos, em que a Câmara Municipal, participou com 50



mil euros, o apoio logístico na terraplanagem, remoção de terras, bem como com a elaboração do projecto. -----

----- Deu conhecimento que no próximo dia 13 de Dezembro, terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho a cerimónia de escritura de criação da Associação Marco Sénior que vai instituir e gerir a Universidade Sénior do Marco de Canaveses, que se espera possa começar a funcionar no início do próximo ano. -----

----- Informou que no próximo dia 14 de Dezembro, o Senhor Presidente irá deslocar-se, com a Sra Vereadora com o pelouro da Educação, Dra Gorete Monteiro, às Escolas do Concelho para entregar livros do Plano Nacional de Leitura para criar a rede de Bibliotecas Escolares. -----

----- Deu conhecimento que no próximo dia 15 de Dezembro vai realizar-se um "Fórum da Pedra" que irá decorrer em Alpendorada e Matos, dentro da agenda da empregabilidade, pela importância que a pedra que tem no nosso Concelho e Região. -----

----- Informou que a Igreja Românica de Santo Isidoro deverá receber o estatuto de Monumento Nacional, o que deve encher de orgulho todos os marcoenses, dado que valoriza o concelho e o património arquitectónico do Município.-----

----- De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores que desejassem intervir. -----

----- O Senhor Vereador, Eng. Agostinho Sousa Pinto, solicitou a palavra questionar, se no período de férias escolares, está prevista a abertura de algumas cantinas escolares para satisfazer as eventuais necessidades de alunos



em manifesta carência por imposição da crise na qual Portugal se encontra, e, seguindo uma espécie de exemplo de outros Municípios que vão optar por manter as cantinas em funcionamento no período das férias escolares. Questionou ainda se foi feito algum estudo para identificar eventuais problemas de necessidades. -----

----- A Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Gorete Monteiro, responsável pelo Pelouro da Educação, informou que há vários anos que as Juntas de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal têm já em acção um projecto de continuidade de funcionamento das cantinas escolares para o pré-escolar, que foi aquele onde foram detectadas as maiores necessidades, que apenas sofre um interregno entre os dias 23 e 25 de Dezembro, retomando precisamente no dia 26. As cantinas estão abertas para os alunos que beneficiam da componente social. No que diz respeito aos alunos do primeiro ciclo, se os pais necessitarem, as Juntas de Freguesia estão já alertadas e preparadas para responder às necessidades. Informou ainda que na maioria das Freguesias os jardins-de-infância apenas encerram no mês de Agosto, para fazer face às necessidades. -----

----- O Senhor Presidente informou ainda que a Festa de Natal dos funcionários do Município irá decorrer no próximo dia 16 de Dezembro, com um serviço de buffet no Restaurante Plátano a partir das 19h30. -----

----- O Senhor Vereador Ferreira Torres solicitou a palavra para ler documento que apelidou de declaração de repúdio que se encontra na íntegra em anexo a esta acta.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara em função do exposto informou que face ao que realmente se passou na última reunião pública não iria tão pouco voltar a



abordar esta questão, uma vez que a mesma foi pública, lamentando os factos ocorridos que não prestigiam os titulares do órgão Câmara Municipal do Marco de Canaveses, e que na verdade atingem todos aqueles que integram este órgão municipal, sendo obrigação de todos dignificá-lo, prestigiá-lo sempre e em toda e qualquer sessão seja de carácter privado ou público. Informou que na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal não pode aceitar impávido e sereno todas as acusações que lhe são feitas, que visam atingir a sua honorabilidade, carácter e postura cívica, fazendo de si próprio uma caricatura. O Senhor Presidente afirmou que não vai nunca abdicar da sua postura e atitude de servir o Marco de Canaveses, pois é esse o seu espírito de missão e serviço público e não de se servir do Marco. O Senhor Presidente terminou pedindo respeito no futuro ao Senhor Vereador Avelino Ferreira Torres, a si e a todos os Vereadores em nome da dignificação do órgão autárquico a que todos pertencem. -----

-----O Senhor Vice-presidente solicitou a palavra para apresentar um voto de repúdio à declaração de repúdio apresentado em nome do MCFT, porque afirmou que só quem não esteve presente na reunião de Câmara onde ocorreram os factos, é que pode pensar que naquela declaração está vertida a verdade dos factos. Essa declaração subverte a verdade do que se passou e lembrou também, na sua qualidade de Vice-Presidente foi "vítima" das atitudes do Senhor Vereador Ferreira Torres, lamentando que as declarações postas a circular posteriormente subvertessem a verdade dos factos. -----

----- O Senhor Vereador Ferreira Torres solicitou a palavra para reafirmar que o esforço pedido pelo Senhor Presidente para contenção nos actos e palavras já



tinha dado como assumido na última reunião. Afirmou que não gostou que o Senhor Presidente falasse de pessoas que não estavam presentes na referida reunião para se defender. Respondeu que se o senhor Vice-presidente ouvisse o mesmo que ele ouviu sobre um seu familiar directo reagiria da mesma forma como ele reagiu. Respondeu ao Senhor Vice-presidente, para afirmar que foi o Senhor Vice-presidente quem trouxe uma primeira declaração reagindo aos factos ocorridos em Julho e afirmando que os mesmos ocorreram já depois da reunião de Câmara ter terminado. Reafirmou que tem a vontade de se conter, pediu também contenção aos restantes membros do órgão. -----

----- O Senhor Presidente afirmou ser sua intenção colocar um ponto final no assunto, lembrando contudo que as suas palavras não tiveram por pretensão atingir de qualquer forma pessoas que não estavam presentes na reunião, as suas palavras foram apresentadas num contexto factual, lembrando em que contexto as mesmas foram proferidas, sem pretender atingir nenhuma pessoa em particular. -----

-----O Senhor Vereador Agostinho de Sousa Pinto solicitou a palavra para em seu nome pessoal e do Partido Socialista repudiar o que se passou na última reunião, pois não prestigia o órgão Câmara Municipal do Marco de Canaveses. ---

----- A Senhora Vereador Dr.<sup>a</sup> Carla Babo solicitou a palavra para pedir mais respeito ao Vereador Avelino Ferreira Torres pelo órgão e desde logo pelas pessoas que o compõem. Pediu mais respeito em todas as sessões em nome da dignidade. -----

----- Como mais nenhum Vereador solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara propôs que se passasse à ordem de trabalhos: -----





Municipal do Marco de Canaveses e o Instituto da Segurança Social, assim como, um aluno na Escola Secundária e 3/Ciclo do Marco de Canaveses , e um aluno na Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Marco de Canaveses . Presente proposta da Senhora Vereadora, Dra. Gorete Monteiro.-----

**Deliberado por unanimidade, com declaração de voto dos Vereadores do MCFT, atribuir o subsídio proposto. Declaração de voto dos Vereadores do MCFT: " Partem do pressuposto ao votar que não arriscam qualquer ilegalidade".-----**

4.Atribuição de Comparticipação do passe escolar a alunos do ensino secundário e profissional a frequentarem estabelecimentos de ensino fora do Concelho. Presente proposta da Senhora Vereadora, Dra. Gorete Monteiro. -----

**Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----**

5.Preenchimento de Posto de Trabalho de Técnico Superior (Psicologia) em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, utilização de reserva de recrutamento. Presente proposta do Senhor Presidente.-

**Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----**

6.Prestação de Serviços para assegurar a função de Nadador Salvador na Piscina de Alpendorada pelo período de 1 de Dezembro de 2011 a 30 de Junho de 2012. Presente Relatório de Análise.-----

**Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do ajuste directo mencionado a Luís Carlos Saraiva Pereira de Lima.-----**

7.Contratação Pública (GIP) - Gabinete de Inserção Profissional - Escolha e aprovação de procedimento. Presente proposta.-----

Os Vereadores do MCFT apresentaram como proposta a elaboração de um



relatório mensal por parte da técnica para conhecimento do serviço prestado.-----

O Senhor Presidente informou que esse relatório está já a ser feito mensalmente por imposição do Centro de Emprego, mas que futuramente do mesmo será dado conhecimento à Vereação.-----

**Deliberado por unanimidade autorizar e aprovar o procedimento proposto.**-----

8. Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas De Intervenção Permanente entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses – Ratificação.-----

**Deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo supra referido.**-----

9. Autorização de celebração de Contratos de Subempreitada de Obras Públicas nº 2011090 e 2011089 - Concurso Público "Centro Escolar de Vila Boa do Bispo".

**Deliberado por unanimidade autorizar a celebração dos Contratos de Subempreitada de Obras Públicas nº 2011090 e 2011089.**-----

10. Aprovação de Toponímia. Presentes propostas da Senhora Vereadora Dra Carla Babo.-----

**Deliberado por unanimidade aprovar a atribuição para a Freguesia de Fornos do topónimo "Travessa de Casaldum" que resultou de uma desanexação da "Rua Casaldum", transformando-se assim em travessa sem saída. Atribuição do topónimo "Rua da Portela" dado que se assume o nome do bairro sito no mesmo local e dos topónimos "Travessa da Pontinha" e "Rua da Pontinha", que herdaram o nome do lugar. Ainda, a atribuição do topónimo "Rua do Moinhos" dado que se encontra associado à existência de moinhos nesse local.**-----



**Retirado da Ordem de Trabalhos** a atribuição para a Freguesia de Sobretâmega, do topónimo "Rua da Capela", "Rua da Quebrada", "Rua da Teixogueira", que resultou da relação com os próprios lugares. Atribuição do topónimo "Calçada das Carminhas" resulta da ligação de nomes de pessoas aí residentes durante gerações. A atribuição da "Rua da Capela e "Rua da Igreja" dado que se encontram associadas ao Património Arquitectónico Religioso.-----

**Deliberado por unanimidade aprovar** a atribuição para a Freguesia do Torrão, do topónimo "Rua Nova do Ribeiro", que resultou da existência de um ribeiro naquele local. -----

**Deliberado por unanimidade aprovar** a atribuição para a Freguesia do Rosém, do topónimo "Rua de Vale Maceira", que assume o nome do lugar existente.-----

**Deliberado por unanimidade aprovar** a atribuição para a Freguesia de Constance, do topónimo "Travessa do Lameiro Longo", atendendo a que a mesma inicia na Rua do Lameiro Longo, sendo travessa sem saída.-----

11. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012. Presente Proposta do Senhor Presidente.-----

O Senhor Presidente disse que esta proposta foi mais difícil de fazer do que a dos outros anos, devido a mais constrangimentos orçamentais, dados os cortes nas transferências do FEF para o Orçamento do Município devido à grave crise económica e financeira nacional e internacional que se vive actualmente. Pensamos elaborar uma proposta séria e realista para continuarmos a fazer o caminho de esperança para o presente e futuro da nossa terra de Marco de Canaveses.-----



O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Carla Babo, que apresentou as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o 2012", dividindo em temáticas, de acordo com aquilo que são os vários itens do mesmo.-----

Apresentação geral do orçamento.-----

Informou que os documentos previsionais foram elaborados de acordo com o estipulado no POCAL e plasam as prioridades do actual executivo, limitada pelas restrições: quer do cumprimento do plano de reequilíbrio financeiro assinado em 2004, quer das medidas de contenção de despesa e de austeridade impostas no âmbito dos compromissos assumidos, através do memorando de entendimento assinado com a denominada "troika". -----

Num cenário de quebra acentuada de receita municipal, a preocupação na elaboração dos orçamentos deste mandato, o rigor orçamental que se impõe às finanças municipais, com vista a assegurar a redução da dívida global, a par com uma maior selectividade da despesa municipal.-----

A estimativa de receitas e despesas para o próximo ano de é de 27.434.061 €:

- A receita de capital atinge os 9 milhões de euros para uma despesa de capital de 11 milhões de euros;-----

- A receita corrente atingirá um montante de 18,4 milhões o que compara com uma despesa corrente de 16,4 milhões de euros, constatando-se assim um superavit de cerca de 2 milhões de euros – justificado com o deferimento da despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da gerência anterior, estimado em 2,9. -----

Esta poupança financeira permitirá avançar, como será possível ver mais à frente, com candidaturas comunitárias aprovadas de investimentos considerados



prioritários no âmbito do QREN e por outro lado cumpre o princípio do equilíbrio nos termos do POCAL ( $RC \geq DC$ )-----

Visão global das receitas

Os valores estimados para as receitas foram calculados no estrito cumprimento da Lei a qual impõe que os referidos montantes sejam calculados através da média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.-----

Estima-se que a receita municipal aumente comparativamente ao orçamentado para 2011, cerca de 672 mil euros, resultado apenas da arrecadação da comparticipação comunitária de candidaturas ainda sem ressarcimento comunitário e proveniente dos investimentos a efectuar em 2012, receita esta consignada aos investimentos, a que não existir verificar-se-ia uma quebra de 13%.-----

Denotar a dependência do Município das transferências da Administração Central (correntes e de capital) que no conjunto representam 46% do total da receita. Para o ano de 2012 o corte ascende a 657 mil euros, fruto das medidas de austeridade impostas pelo Governo no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado. -----

Em três anos o Município do Marco de Canaveses sofreu um corte de cerca de 2 milhões de euros. Considerando este montante e a prestação anual (amortização da capital + juros) do contrato de reequilíbrio financeiro assinado em 2004, no valor de 3,5 milhões euros seriam verba estritamente necessária e mais que suficiente para levar a cabo todos os investimentos considerados como prioritários do concelho.-----



Ao nível dos impostos, as receitas fiscais diminuem 149 mil euros, o que revela a diminuição da actividade económica fruto da conjuntura actual.-----

Nos impostos indirectos prevê-se um decréscimo de cerca de 25 mil euros, relativamente ao ano anterior. Para tal contribuem, entre outros, os impostos devidos pelos loteamentos e obras, nomeadamente as infra-estruturas urbanísticas.-----

É de salientar que se prevê o aumento da receita com a taxa municipal de direitos de passagem que não foi ainda arrecadada atendendo aos ajustamentos necessários informados pelas empresas operadores de comunicações electrónicas no âmbito do apuramento da receita arrecadada no concelho, apesar da legislação em vigor, e que se prevê arrecadar em 2012.-----

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades o valor previsto para 2012 representa um decréscimo de 113 mil euros, essencialmente pelo efeito conjugado da diminuição da cobrança das taxas que já não são provenientes da sua actualização, e execução de coimas e penalidades por contra-ordenação, de multas e penalidades diversas, e redução das ocupações diversas do solo e subsolo, com a diminuição da cobrança das taxas devidas pelas infra-estruturas urbanísticas.-----

Procede-se, ainda, a uma nova actualização em 3,43% para o ano de 2012 das taxas e tarifas referenciada à taxa de crescimento médio da taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses nos termos do Decreto-Lei n.º 38/2008, que reforça as regras inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.-----

Dos 1.630 mil euros previstos em rendimentos de propriedade, 1.614 mil euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica com a



EDP verificando-se uma ligeira diminuição para o ano de 2012 face ao período homólogo do ano anterior, o qual se deve ao encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. -----

Dos restantes 15 mil euros, 97% resultam dos juros das aplicações financeiras que a autarquia efectua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos.-----

O valor previsto nas transferências correntes deriva das previsões apresentadas no Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS, totalizam 8.285 mil euros, diminuindo (-4,8%), em mais de 417 mil euros fruto das medidas de austeridade impostas pelo Governo no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado. (a diminuição é de 5,3% efeito compensado com a receita arrecadada de IRS de 2%).-----

Destacam-se ainda, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das actividades de enriquecimento curricular, no montante de 1,8 milhões de euros, sendo o remanescente das transferências correntes, no total de 468 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de programas com financiamento comunitário, nomeadamente do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). -----

Saliente-se que, neste contexto, o Município terá de manter a execução efectiva dos compromissos com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DREN. -----



Para a rubrica de venda de bens e serviços correntes foram previstos 810 mil euros, com especial relevância para as receitas provenientes dos resíduos sólidos, serviços desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, das rendas das habitações sociais, Este ano a autarquia prevê uma diminuição de (-18,4%) e que será resultante da entrega efectuada no ano 2011 das verbas arrecadadas da receita de resíduos sólidos e urbanos pelas freguesias referentes aos anos anteriores.-----

O agregado, outras receitas correntes, sofreu um aumento de receita que ascende a 282 mil euros e diz respeito à arrecadação de receita proveniente do pagamento de refeições e prolongamento escolar ao nível das escolas cuja competência se mantiveram na Autarquia. -----

Salientou que foi efectuado um acordo de pagamento ao nível da facturação de água entre o Município e a empresa Águas do Marco, mas mantêm-se os encargos existentes de facturação de saneamento, desde 2005, sendo que não foi considerada a verba a arrecadar atendendo à cláusula 71.<sup>a</sup> (Retribuição) do Contrato de Concessão e que ascende ao valor de 1.355 mil euros por aguardar um encontro de contas.-----

Este valor mostra que a actividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das transferências e até dos passivos financeiros se tal cenário fosse viável, dados os condicionalismos decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.-----



Neste agrupamento das receitas de capital prevê-se uma redução de 95 mil de euros, relativamente ao valor orçado para o ano transacto em resultado de se considerar um período menos apetecível para venda de bens dada a conjuntura económica, mas possibilita a arrecadação de receita extraordinária através de hasta pública de diversos terrenos e edifícios municipais. -----

A existência de valores no agregado económico activos financeiros diz respeito a eventual necessidade de operações de venda de acções detidas pelo Município de Marco de Canaveses como se verificou da REBAT, S.A para a E.G.F – Empresa Geral do Fomento, S.A no âmbito do processo de constituição da sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A realizada em 2010.-----

Saliente-se que uma das componentes do agregado da receita municipal, os passivos financeiros, não apresenta nenhum valor de abertura de rubrica conforme o estipulado no Contrato de Reequilíbrio Financeiro.-----

Refira-se que o Órgão Executivo já obteve a aprovação por parte do Governo da nova proposta de reestruturação do plano de reequilíbrio financeiro para solver as dívidas existentes no montante de 7 milhões de euros através do Despacho n.º 7397/2011, de 18 de Maio. -----

No entanto, a abertura do procedimento concursal para o empréstimo a contrair anda não se encontra concluída uma vez que as instituições financeiras encontram-se actualmente com dificuldades na concessão de crédito financeiro. Assim, o Órgão Executivo está com a Caixa Geral de Depósitos a tentar uma solução para que a proposta de empréstimo sirva os parceiros mas também defenda os interesses do Município. -----



No que concerne a rubrica Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, esta não foi dotada, neste ano económico, uma vez que não existe nenhuma entrada de receita prevista de valores respeitantes a pagamentos de exercícios anteriores a favor do Município. -----

#### Análise das Despesas-----

Em comparação com os valores orçamentados para o exercício de 2011 prevê-se que as Despesas Correntes, em 2012 diminuam 2.644 mil euros, e simultaneamente que as Despesas de Capital aumentem 3.317 mil euros.-----

No que respeita às despesas correntes verifica-se uma redução das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e das transferências correntes, na ordem dos 2.944 mil euros. Saliu que as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços representam no seu conjunto 81 % do total das mesmas.-----

#### Despesas com pessoal.-----

Estima-se que as despesas com o pessoal reduzam 8 % face ao ano anterior, com uma quebra de 650 mil euros, essencialmente pelo impacto das medidas excepcionais adoptadas na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011 e 2012.-----

Uma análise dos valores permite verificar a redução das remunerações certas e permanentes em 293 mil euros, nomeadamente ao nível do Pessoal do quadro em regime de contrato individual de trabalho no âmbito da actual estrutura departamental dos serviços do Município, com alguns reflexos na despesa desde 2011. Esta diminuição prende-se com a redução remuneratória aprovada nos termos do Orçamento do Estado para 2011 e que definiu a redução das



remunerações totais ilíquidas mensais acima dos mil e quinhentos euros, com taxas de redução por escalões de 3,5% a 10%.-----

Os montantes definidos para a contratação de pessoal a termo e em regime de tarefa ou avença justificam-se essencialmente para assegurar às delegações de competências, nomeadamente o Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular, e pelo preenchimento de postos de trabalho através de contratos de trabalho a termo certo no âmbito do mapa de pessoal no montante de 75 mil euros.-----

A diminuição dos encargos com os abonos variáveis e eventuais resulta, essencialmente, da rubrica de outros suplementos e prémios e abonos em numerário, devido à celebração dos protocolos menos onerosos com o IEFP, no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção (20% da prestação mensal de desemprego). -----

A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 18,2% das despesas com pessoal. Em termos absolutos destacam-se como mais significativas as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos - CGA e ao abrigo do Regime Geral e os encargos com a saúde nos montantes de 697 mil euros e 462 mil euros, respectivamente.-----

Despesas com aquisição de bens e serviços.-----

O agregado económico de Aquisição de bens e serviços sofreu uma diminuição de dotação orçamental que se cifra em (-23,3%) justificado em parte pelo



deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2012 estimado em 2,9 milhões de euros. -----

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento de Princípio do Equilíbrio nos termos definidos no POCAL. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para iniciar os investimentos comparticipados, nomeadamente permitir a abertura dos procedimentos concursais. Assim, se compreende que este superavit corrente financie no mesmo valor as despesas de capital.-----

A centralização da função compras articulado com a gestão de stocks a funcionar em pleno em 2011, a plataforma das compras electrónicas, a optimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas direcções municipais, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas.-----

Verifica-se que a maior parte das rubricas de despesas decresce face ao ano anterior, com excepção das seguintes rubricas Outros trabalhos especializados, Outros bens, Combustíveis e lubrificantes e Material de educação, cultura e recreio que totalizam cerca de 323 mil euros. Estes aumentos são justificados pela necessidade de aquisição de alguns bens e prestações serviços adicionais no âmbito dos projectos comparticipados, destacando-se os serviços de Fiscalização das empreitadas, a aquisição da elaboração de Cartografia municipal de base e de risco, a aquisição de bens e de material de educação no âmbito do Centro Escolar de Vila Boa do Bispo.-----

A diminuição de dotação desta componente da despesa resulta da tomada de medidas de contenção e também de austeridade a nível municipal, destacando-



se a definição de limite de despesa anual em determinadas aquisições de bens e serviços, nomeadamente: -----

- **redução** no montante de 26. mil euros em **aquisição de material de escritório (-35,5%)**;-----

- manutenção do valor de 210 mil euros em consumo de **gasóleo (+7,7%)** quando o **aumento de preço de venda** verificado nos combustíveis atingiu mais de **20%**;-----

- redução no montante de 25 mil euros em despesas de comunicações (-20%);-----

- redução no valor de 10 mil euros em despesas de **seguros (-11,1%)** e

- redução no montante de 153 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a estudos, projectos, pareceres e consultadoria **(-29,8%)**.-----

Estas medidas de contenção foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da actividade autárquica.-----

Apesar da implementação destas medidas existem ainda compromissos com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da actividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e outros só possíveis numa perspectiva plurianual. Estes compromissos contam com uma contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais elevado (2,9 milhões de euros) face aos anos anteriores atendendo ao esforço por parte do Órgão Executivo na



constituição de poupança necessária. -----

À semelhança do ano económico de 2008, em que o esforço de poupança dos dois anos anteriores foi necessário para realizar os investimentos com comparticipação comunitária do Quadro Comunitário de Apoio - Q.C.A III, o Município está a adoptar a mesma estratégia para a realização dos investimentos que se propõe fazer no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - Q.R.E.N - 2007-2013. -----

Transferências correntes.-----

As transferências correntes registarão uma diminuição de 21,1%, representando em termos absolutos um decréscimo efectivo de 501 mil euros, que será assegurado com a dotação do Saldo da Gerência Anterior no que concerne às transferências para as Juntas de Freguesia referentes a delegação de competências na área da Educação em parceria com a DREN.-----

Assim sendo, prevê-se a manutenção dos montantes de transferências para as Freguesias cifrando-se em cerca de 1,9 milhões euros, por se concentrarem neste agrupamento os valores previstos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar, dos jardins-de-infância tutelados pelas Freguesias, bem como dos apoios em termos de acção social escolar. As transferências ocorrem de acordo com os critérios de apoio definidos pelo Ministério da Educação.-----

Nas transferências correntes para Associação de Municípios está previsto a comparticipação de despesas correntes da Associação Municípios do Baixo Tâmega, para gestão de vários projectos, designadamente o Património Natural como factor de desenvolvimento do Baixo Tâmega, Rota do Românico - Tâmega; para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a



comparticipação do Município nas candidaturas, designadamente Acções Imateriais para Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - POR Norte - Formação, entre outras.-----

Transferências de Capital.-----

Considerando a situação económica do país e a actual conjuntura, o Município vê-se confrontado com uma realidade económica e financeira das mais difíceis dos últimos anos, agravada pelos condicionalismos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. No entanto e a contra-ciclo, foi definido ao nível das Transferências de Capital, o esforço de manutenção do montante de participação que se cifra em 350 mil euros destinados aos investimentos de todas as Juntas de Freguesia do Concelho. -----

Esta metodologia define a vontade do Órgão Executivo em apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja doravante sempre limitada e condicionada, por um lado, à evolução do serviço da Dívida indexada taxa de juro de referência Euribor; e, por outro lado, às variações dos montantes de transferências provenientes do Estado definidos normalmente em Orçamento Geral do Estado.-----

As Transferências de Capital resultantes da dívida contraída pelo Órgão Executivo cessante em 2005 e assumida pelo actual Órgão Executivo encontram-se diferidas para o ano de 2013, onde se prevê a contracção do esperado empréstimo.-----

Transferências para Juntas de Freguesia / Colectividades.-----

Assim, irão manter-se as rubricas de despesas de capital e corrente, para



transferências das verbas correspondentes à execução das Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências e de acordos de colaboração.-----

Para o ano de 2012, as principais preocupações mantém-se sobretudo no acentuar de um rigoroso controlo de despesa motivado pela actual necessidade de contenção financeira: continuar a tornar o controlo da despesa eficiente, particularmente no que se refere nos apoios às festividades, quer em termos de atribuição de apoios financeiros, quer sobretudo em termos de apoios logísticos. Numa lógica de transferência de meios para as juntas de freguesia (para além do apoio em funcionários operários, equipamentos e veículos para apoio a obras), será dado apoio para a brigada de cantoneiros. Manter-se-á, também o apoio às festividades das Juntas de Freguesia, Paróquias e colectividades do concelho, no que respeita a apoio logístico e organizacional, bem como financeiro, às festividades e comemorações. Neste sentido, e até à implementação da contabilidade analítica, continuaremos a apoiar financeiramente o valor dos diversos tipos de apoio: subsídio, palco, divulgação, impressão de folhetos e cartazes, equipamento técnico variado como som, máquinas, etc., apoio técnico, auditório, autocarros, entre outros.-----

No âmbito da gestão de stocks, a base de dados para apuramento das despesas por funções serviços gerais, educação o que nos permite avaliar a afectação de verbas nas actividades desenvolvidas pela autarquia, possibilitando melhorias na optimização dos recursos.-----

Estrutura do Investimento.-----



Em 2012, o Investimento directo definido e executado pelos serviços da autarquia, estima-se que ascenda aos 6,9 milhões euros, ou seja mais 69,1% que o orçamentado em 2011.-----

Este aumento de investimentos resulta essencialmente da estratégia do Órgão Executivo em definir como prioridade as obras com comparticipação dos fundos comunitários, proporcionando uma alavancagem financeira necessária para a realização de investimentos considerados estruturais para o concelho do Marco de Canaveses ao nível do Ordenamento do Território, da Educação, do Saneamento, do Abastecimento de Água, da Rede Viária e da Eficiência Energética. -----

A execução dos projectos e empreitadas em carteira aprovados com comparticipação financeira do FEDER no âmbito do QREN, depende indubitavelmente da poupança financeira conseguida pelo Município e da contracção do empréstimo resultante da aprovação da reestruturação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, uma vez que a execução de investimentos se encontra limitada à reduzida capacidade financeira da Autarquia. -----

A limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias. Estes condicionalismos foram ainda agravados para o ano económico de 2012 através do corte efectuado nos montantes de transferências provenientes do Estado e definidos em Orçamento Geral do Estado. -----



O Plano apresenta, também, a orientação estratégica ao nível dos investimentos para o próximo quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em novas áreas como o Ensino, Ordenamento do Território, Abastecimento de Água, Saneamento, Desporto, Recreio e Lazer, Transportes Rodoviários e Acção Social.

Serviço da Dívida-----

Encargos correntes da dívida-----

A previsão dos juros e encargos para 2012 -----

Face à situação dos mercados financeiros, e, atendendo às actuais taxas de juro praticadas com valores que sofreram descidas e que atingiram níveis históricos, os **juros e outros encargos** possuem um **peso de 3,7%** da **despesa total** em **2012** e prevê-se o valor de 1.026 mil euros, resultante da indexação das taxas de juro à taxa de juro de referência Euribor. Comparativamente esta percentagem foi de **2,9%** da **despesa total** em **2011**, o que evidencia a **enorme dependência** do **serviço da dívida** de **factores exógenos ao controlo do Município**. -----

Informou que importa referir que o peso do serviço da dívida **representará mais de 13,2% da despesa total**. Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um elevado montante ao nível da amortização dos empréstimos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em termos absolutos, cerca de 2.646 mil euros. Isto representa para o serviço da dívida uma taxa de crescimento de 3,48% comparativamente com o ano de 2011. Assim sendo, o peso do agregado **passivos Financeiros** representará 23,98% da despesa de capital do Município para o ano económico de 2012. -----



Assim os encargos globais do serviço da dívida previstos totalizam **3.673 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município, que está impedido, nos próximos 20 anos, de contrair empréstimos e de assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro.-----

Entretanto, o Órgão Executivo encontra-se na fase de procedimento concursal de contracção do empréstimo de 7 milhões de euros aprovados na nova propositura apresentada referente à reestruturação do Plano de Reequilíbrio Financeiro pelo Governo. Face à crise financeira existente e ao crescente aumento de *spreads* praticados pelas instituições financeiras, espera-se que o Município consiga encontrar em parceria com a C.G.D uma solução que beneficie ambas as entidades, mas que defenda sempre os interesses do Município. A celebração do novo empréstimo de médio e longo prazo permitirá a consolidação orçamental e consequente regularização de dívidas existentes.-----

Grandes Opções do Plano-----

Informou que é convicção do executivo municipal que a grave situação económica e social que actualmente se faz sentir em Portugal e no resto do Mundo não terá solução sem práticas que assegurem o crescimento económico, o incremento da actividade produtiva, a criação de emprego e justiça social.-----

É neste quadro de crescentes dificuldades para a população, para os jovens e idosos e para o tecido económico local, que importa sublinhar o alcance das opções que tomámos na elaboração da proposta do orçamento municipal.-----

A despesa da autarquia permite-nos constatar que as funções gerais absorvem apenas 9% do orçamento. Em particular a administração geral deverá ser



responsável por 8% da despesa global, e estão incluídas as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamentos dos serviços bem como o investimento em aplicativos informáticos, modernização dos processos administrativos, organização interna dos fluxos de informação, entre outros.-----

A função social, à semelhança de orçamentos anteriores, surge como primeira prioridade do executivo, com 80% do orçamento global e 12.418 mil euros.-----

As prioridades definidas situam-se em assegurarmos a qualidade de serviço público à população, nas áreas do abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos e espaços verdes e no que se refere ao âmbito das competências municipais, nomeadamente ao nível da educação, com as actividades extra-curriculares o fornecimento de refeições escolares e o apoio na acção social escolar e nos transportes escolares e circuitos especiais de transporte, bem como a comparticipação do passe escolar no caso em que os alunos se tenham de deslocar para fora do concelho.-----

Disse ser importante, igualmente, sublinhar a prioridade dos investimentos no âmbito do QREN no que se refere à Regeneração Urbana da Cidade, construção do Centro Escolar de Vila Boa do Bispo, qualificação da rede pública de jardins-de-infância e do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico, investimentos na rede de água e de saneamento, projecto Valorização da Paisagem Milenar em parceria com a Direcção Regional de Cultura do Norte, e a rota do românico.-----

A par destes projectos temos a eficiência energética a candidatura da Prevenção e Gestão riscos naturais e tecnológicos que consiste na elaboração da cartografia de base, elaboração de cartografia de risco e revisão dos planos de emergência



municipais, aquisição e instalação de software de tratamento de cartografia de risco (SIG).-----

Importante é também a consolidação das políticas municipais de promoção de leitura junto da comunidade local, que queremos potenciar com a implementação do **plano nacional de leitura, proporcionando, desde modo,** o livre acesso à informação e à cultura dos munícipes. -----

Destaca-se, ainda, a dinamização dos espaços da biblioteca, do museu municipal e do espaço municipal da juventude através da realização de um conjunto de actividades dirigidas aos mais jovens, entre as quais se destacam a hora do conto, a realização de exposições temáticas, o espaço internet, a realização de espectáculos culturais.-----

No quadro das competências das autarquias ao nível do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, salientam-se os programas de manutenção e conservação dos edifícios escolares, de apetrechamento de materiais e equipamentos, assim como o **plano de actividades de enriquecimento escolar**, ao nível das actividades física e desportivas, e o ensino da música e do inglês.-----

O investimento municipal no **Programa de Acção Social Escolar (ASE)** materializa-se no apoio aos manuais escolares, material didáctico, refeições escolares e no Programa de Transportes Escolares através da comparticipação financeira do passe. Neste ano lectivo, verifica-se o acréscimo exponencial do número de pedidos de alunos a solicitar apoio pela ASE.-----

Para o ano de 2012, está previsto um **investimento imaterial de cerca de 3.918 mil euros**, que abrange as despesas com o transporte escolar, o



programa de generalização das refeições, a acção social escolar, as actividades de enriquecimento curricular, o programa de fruta escolar e ainda o plano nacional de leitura. Apesar de o Governo dispensar uma mochila financeira para o efeito, a verdade é que o Município terá de desembolsar do seu orçamento mais de metade das verbas necessárias para a realização de todos estes projectos imateriais.-----

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses irá continuar a desenvolver a **Criação de Rede Distrital de Escolas de Referência para a Educação Rodoviária.**-----

**O Município irá promover a implementação da Universidade Sénior** através de protocolos de parceria com demais instituições. A Universidade Sénior pretende contribuir para proporcionar o aumento da qualidade de vida dos seniores do concelho. Procuramos com esta instituição desenvolver nos adultos uma cultura de valorização permanente, subtraindo-os ao sentimento da inutilidade, mantendo-os activos e interessados por assuntos e campos do saber que lhes aumentem a auto-estima e capazes de quebrar a solidão tendencial da vida.-----

No quadro da acção social e apesar destas competências nesta área serem, em grande parte, da responsabilidade da Administração Central, continuaremos a celebrar contratos-programa de desenvolvimento social com as instituições que actuam na área da infância e da família, da deficiência, dos idosos, entre outras - **Comissão de Protecção Crianças e Jovens em Risco, Adaptação de infra-estruturas para instalação de centros de dia / convívio, entre outros.**-----



Continuar a apostar e a aprofundar uma estratégia apoiada na cooperação e parceria no âmbito da Rede Social e da estreita ligação entre as instituições sociais, movimento associativo, escolas e entidades públicas.-----

Continuidade da campanha de angariação de bens de 1.ª necessidade – Natal com um Sorriso, e o passeio anual com os idosos.-----

Pela sua importância e investimento financeiro destacam-se o co-financiamento de equipamentos sociais – lar de idosos, creches e residências para deficientes.

Ao nível da **política cultural do Município**, destacam-se as seguintes iniciativas e eventos: Prémio artístico Carmen Miranda, Feira do Livro e as festas do Marco.

Face à actual crise conjuntural não será possível realizar também neste ano o Festival da Juventude em Montedeiras mas será realizada a semana da Juventude na envolvente dos Paços do Concelho.-----

Em 2012, o município irá continuar a priorizar o apoio ao movimento associativo cultural.-----

As **políticas municipais de juventude** são transversais, apostando na educação, na cultura, no desporto, no ambiente, no apoio às organizações de juventude e suas actividades. Nos projectos dirigidos à juventude, as associações juvenis têm uma participação muito activa na sua organização. Um aspecto essencial das políticas de juventude é o incentivo à participação juvenil, em que se destacam os projectos: férias desportivas, e as actividades desenvolvidas no Espaço Municipal da Juventude na Casa do Povo de Fornos.-----

Entende que o **movimento associativo** de base popular como parceiro no desenvolvimento cultural do concelho. O apoio às colectividades e associações de índole cultural, recreativa e desportiva é fundamental no projecto que



desenvolvemos no Concelho do Marco de Canaveses, assente nos princípios democráticos e na participação das instituições e da população. Além do apoio à actividade regular do movimento associativo, a autarquia apoia ainda projectos específicos, nomeadamente o Festival do Anho Assado com Arroz de Forno, Feira das Colectividades e as tradicionais Festas do Marco, que incluem a Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos. -----

A cooperação com o **movimento associativo** enquanto parceiro estratégico do Município para o aumento dos índices de prática desportiva da população, onde se irá manter o nível elevado de meios colocados ao dispor deste sector essencial da comunidade, quer para o desenvolvimento desportivo, quer para a beneficiação dos seus equipamentos desportivos.-----

Outra prioridade será garantir a manutenção e funcionamento dos **equipamentos desportivos municipais**, com o aprofundamento de uma gestão pública de qualidade melhorando e concretizando as orientações para uma maior oferta e melhoria da qualidade - implementação do projecto de eficiência energética e ambiental nas Piscinas Municipais e Pavilhão Bernardino Coutinho.-----

Considerou indispensável, uma referência ao papel desempenhado pela Câmara no apoio efectivo e continuado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses e aos núcleos da Cruz Vermelha Portuguesa.

No que respeita a **ambiente**, as Grandes Opções do Plano reflectem o objectivo principal deste executivo: melhoria da qualidade de vida da população, da imagem urbana e do Ambiente.-----



Será igualmente importante o acompanhamento da Concessão do **Sistema de Água e Saneamento**, e o alargamento da cobertura de abastecimento de água e saneamento, através dos investimentos em curso e a realizar num montante de **4.477 mil euros**.-----

Na área da **Limpeza Urbana** continuar a lutar por um melhor serviço público, e pela continuação da aposta na ampliação do sistema de recolha e no reforço da vertente da limpeza urbana – **1.335 mil euros**.-----

Ao nível das **acessibilidades** importa destacar a continuidade da rede rodoviária municipal, através da execução de novas vias e repavimentações na área do Município, assim como a promoção das necessárias intervenções ao nível de sinalização horizontal e vertical, totalizando um investimento de **465 mil euros**.

O custo das instalações de iluminação pública constitui um peso importante nas despesas correntes do Município, verificando-se, nos últimos anos, uma tendência de aumento, análoga à melhoria dos níveis de iluminação. Assim a Câmara do Marco está a desenvolver um projecto cujos principais objectivos são a **implementação de medidas de melhoria da eficiência energética**, a promoção de um ponto de equilíbrio entre os níveis de iluminação necessários e o máximo de economia, o fomento de uma iluminação eficiente e adequada, a redução do consumo de energia eléctrica e das emissões de CO2 associadas – custo associado **268 mil euros**.-----

Considerando o turismo enquanto vector estratégico do desenvolvimento económico-social, prosseguir com o projecto de **Concepção, Desenvolvimento e Implementação da Infra-estrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas interactivas de Turismo**.-----



As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 continuam a dar corpo à política de **descentralização de competências e de verbas para as Juntas de Freguesia** do concelho, relevando a importância da sua intervenção na resposta de proximidade das populações, com reflexo na qualidade de vida local. Neste contexto, prevê-se uma transferência para a realização de investimentos no montante de **350 mil euros**, a ser distribuído de acordo com a densidade populacional e área que constitui cada uma das 31 freguesias. -----

Modernização Administrativa-----

A mudança dos serviços técnicos para o edifício das oficinas significará uma melhor rentabilização de recursos a par da qualificação das condições laborais para os colaboradores da autarquia e, acima de tudo, da melhor prestação do serviço público às populações.-----

Em 2012, irá prosseguir com a implementação do Programa de Modernização Administrativa, com a entrada em funcionamento do **Balcão Único de Atendimento, recentemente renomeado Balcão do Empreendedor**, com especial ênfase para a reengenharia de processos e sua desmaterialização.-----

A área da **Qualidade** onde se insere a certificação ISO 9001 dos Departamentos de Administração Geral e Finanças e Desenvolvimento Económico e Social, para serviços prestados ao munícipe e prosseguir para os departamentos de Ordenamento do Território e de Obras e Equipamentos, com vista à reorganização interna de processos e procedimentos que propiciem uma resposta mais célere e eficaz, com a prestação de melhor serviço público.-----

A relação com a Administração central continuará a desenvolver-se com a implementação das medidas do Simplex Autárquico.-----



Para terminar, frisou que o exercício político irá sempre pautar-se por discrição e prudência, uma vez que procurarão resolver os graves problemas financeiros que foram herdados, através da harmonização de posições inconciliáveis. Por isso, defendeu sempre um princípio da verdade e da transparência que irá reger a conduta e que guia o executivo desde que iniciou funções autárquicas. -----

**Deliberado por maioria com os votos contra dos vereadores do MCFT e PS, que apresentaram declaração de voto anexa à acta, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012.**-----

2. Levantamento e avaliação dos bens móveis de Edifícios Municipais. Presente informação do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças.----

**Deliberado por unanimidade aprovar o Inventário apresentado e respectiva avaliação.** -----

-----**APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA**-----

E nada mais havendo a tratar, quando eram 13h10m, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 92º da Lei 169/99, na sua redacção actualizada. E eu, Manuel Augusto da Silva Rocha, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.-----

*Manuel Augusto da Silva Rocha*

\_\_\_\_\_  
**O Presidente da Câmara Municipal**

*Manuel Moreira*

-----**Dr. Manuel Moreira**-----